

Governo decide pagar

Jornal de Brasília • 7

parte do atrasado

Marizete Mundim

O governo recuou e resolveu flexibilizar sua proposta de renegociação da dívida externa aos credores, ampliando o prazo de resgate dos bônus e acenando com a possibilidade de pagamento parcial dos US\$ 8 bilhões e 500 milhões de juros atrasados. A decisão foi avaliada pelo presidente Collor, após reunião com a ministra Zélia Cardoso de Mello, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir e o secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia.

A equipe econômica chegou para o encontro com o presidente Collor disposta a convencê-lo de que não se deveria fazer concessões quanto à condução da negociação da dívida. O presidente, entretanto, deixou claro que a proposta brasileira poderia ser mantida em sua essência — que é condicionar os pagamentos à capacidade de pagar da economia do País — mas suavizada em alguns acenos aos credores. O mais esperado deles é a quitação de parte dos juros vencidos antes do fechamento do balanço dos bancos credores americanos, que se dará em dezembro.

A equipe econômica deixou o

Palácio do Planalto convencida de que concessões terão que ser feitas aos credores. Ontem mesmo, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, embarcou para os Estados Unidos com a missão de expor ao secretário do Tesouro, David Mulford, a nova posição brasileira. Na próxima segunda-feira, o embaixador Jório Dauster, vai expor aos comitês dos bancos credores até onde o governo brasileiro está disposto a ir para facilitar um acordo.

Recuo

Segundo um assessor do presidente confessou ao *Jornal de Brasília*, os contatos de Collor de Mello no Japão — com empresários e representantes do governo — foram capazes de convencê-lo de que a proposta original de renegociação da dívida não poderia permanecer estática.

Os bancos credores americanos têm que fechar seus balanços agora em dezembro e não gostariam de contabilizar os débitos brasileiros como prejuízo irrecuperável. A mudança de posição do Brasil foi confirmada pela própria ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, que ao voltar da reunião do Planalto, admitiu: “estamos comprometidos com o sucesso da renegociação” para justificar a posição mais “flexível” do governo.

O embaixador responsável pela

renegociação da dívida, Jório Dauster, tentou convencer os jornalistas de que não houve recuo na posição oficial de não efetivar o pagamento dos juros atrasados: “A possibilidade de fazer estes pagamentos sempre existiu”, disse ele.

Um assessor próximo do presidente, entretanto, deixou escapar ao *Jornal de Brasília*, que o recuo do governo só foi promovido depois do convencimento de Collor de que os credores jogariam duro com o governo brasileiro para evitar procedimentos. “Era preciso deixar claro que o governo estava disposto a negociar para valer”, disse ele.

A proposta que o negociador da dívida externa, Jório Dauster, apresentará aos credores a partir do início da próxima semana, aprovada pelo presidente Collor de Mello, ficará em segredo até que seja apresentada ao Comitê dos Bancos Credores, garantiu um assessor próximo ao presidente.

A proposta fechada ontem na reunião do Palácio do Planalto não foi detalhada pelos economistas do governo, mas será anunciada aos credores ainda na próxima semana. Enquanto Eris apresentará a nova posição aos banqueiros em Washington e Nova Iorque, o secretário de Economia, Antônio Kandir, exercerá, na Europa e no Japão, a mesma função.